



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

Férias Judiciais

Vamos entrar em período de férias judiciais.

Este ano as férias dos tribunais, como as férias dos portugueses, foram entristecidas pela tragédia do fogo.

Tragédia humana e material que atingiu parentes, amigos, conhecidos e desconhecidos e as memórias de todos.

A tragédia não é alheia à justiça e à sua negação, a injustiça, com a qual umas vezes se identifica e muitas outras aumenta.

A tragédia do fogo de 2017 parece trazer consigo a injustiça da desigualdade dos cidadãos, mesmo na desgraça.

Trata-se das casas dos nossos e/imigrantes que, desfeitas pelo fogo, segundo parece, não gozarão da mesma proteção no infortúnio dos agora chamados “residentes”.

Em ano de eleições e neste período de férias de verão não podemos deixar de exortar os nossos autarcas a honrarem os seus e/imigrantes, protegendo as suas casas como as dos “residentes”, garantindo-lhes que, em caso de infortúnio como o de Pedrogão/Figueiró/Castanheira de Pera...a igualdade estará também presente no momento da reconstrução.

Com esta igualdade o fogo não levará tudo pois ganharemos em cidadania e em Justiça!

As férias judiciais, que não são férias dos Juízes, têm a sua origem histórica na necessidade de não incomodar os cidadãos na época de colheitas.

Neste momento justificar-se-ão por idêntica necessidade em face das férias escolares e das férias da grande maioria das famílias.

Neste período, os tribunais reduzem a sua atividade ao mínimo, trabalhando apenas nos processos “urgentes”.

Os Juízes gozam obrigatoriamente as suas férias pessoais também neste período, entrecortadas pela realização de um serviço de turno.

Para além desta justificação, de natureza sociológica, nada impediria e para muitos seria até desejável que os tribunais trabalhassem em pleno e que os juízes



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

gozassem as suas férias como todos os outros cidadãos, mas foi esta a opção do poder legislativo.

De há uns anos a esta parte que este regime de férias dos Juízes, com uns dias em julho e outros em agosto, entrecortadas pelo trabalho de turno, lhes não permite recuperar do esforço a que estão sujeitos durante o ano, exponenciado por estatísticas semestrais e anuais.

Os Juízes/as Desembargadores/as do Tribunal da Relação de Lisboa têm começado a 1 de setembro com o cansaço da estatística do início das férias judiciais.

O diagnóstico deste estado de coisas consta de um Relatório recentemente elaborado para o Conselho Superior da Magistratura e enviado também à Senhora Ministra da Justiça ([relatório](#)), o qual procurou identificar as nossas principais dificuldades.

A resolução de muitas delas não depende de nós.

Não obstante, manteremos o nosso espírito de missão, de abertura à sociedade, de divulgação das nossas decisões e o propósito de mais celeridade nos nossos procedimentos, conscientes de que os portugueses confiam no nosso trabalho.

Se os portugueses confiam no nosso trabalho não podemos deixar de lhes retribuir essa confiança, redobrando o nosso esforço, reinventando novas energias e mantendo-nos próximos do pulsar social.

Para além de muitas outras, uma decisão do Tribunal da Relação de Lisboa trouxe para discussão pública uma questão atual, com indiscutível relevância na vida das nossas cidades, o “alojamento local” ([p.º 12579-16.0T8LSB.L1-8](#)).

O alojamento local surgiu recentemente como fonte de conflitos individuais e coletivos nos edifícios maioritariamente destinados a habitação.

Várias são as frentes em que estes conflitos se desenvolvem, de que destacamos as questões de saber se (1) ainda é uma forma de “habitação”, compreendendo-se na liberdade de utilização dessa habitação pelo seu proprietário, à semelhança do que ancestralmente aconteceu com o “aluguer de quartos” a “hóspedes”, devendo por isso ser reconduzida ao destino “habitação” constante da certidão de nascimento do prédio (título constitutivo da propriedade horizontal), se (2) a atividade de “alojamento local” é uma atividade comercial/industrial ao nível da hotelaria, sujeita a



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
Gabinete do Presidente

licenciamento público e fiscalmente enquadrada como tal, se (3) o acréscimo de despesas que pode acarretar com elevadores, eletricidade, água, limpeza deverá ser suportado por todos ou só pelo proprietário que faz alojamento local, se (4) essa atividade é suscetível de ofender os direitos de personalidade dos moradores, nomeadamente o direito ao descanso, com o ruído que é suscetível de gerar fora de horas e até se (5) a atividade é suscetível de impedir ou desequilibrar o uso de partes comuns, como piscinas, jardins e outras.

Nenhum destes potenciais, mas concretos, problemas é da fácil resolução, como o demonstram as mais desencontradas opiniões em qualquer área do nosso espetro político, social e económico, que têm vindo a público sobre a matéria, e as vicissitudes de uma louvável iniciativa legislativa.

Ao contrário do expendido por alguns os Tribunais estão atentos ao evoluir económico-social e o Tribunal da Relação de Lisboa esteve atento a este problema concreto com que muitos cidadãos se debatem.

Assim a discussão pública que a sua decisão gerou lhe corresponda, conduzindo a soluções legais equilibradas, pois os tribunais não estão, nem nunca estarão, vocacionados para fazer uma “lei” para todos os conflitos, substituindo o legislador.

Os tribunais só podem ser eficazes na sua ação se a generalidade dos cidadãos respeitar a lei, pois, só assim se podem debruçar sobre os casos residuais de incumprimento.

Na situação inversa, de desrespeito generalizado, ainda que potencial, não poderá o poder legislativo deixar de encontrar os novos pontos de equilíbrio/sancionamento, de nada valendo a habitual diatribe sobre as decisões contraditórias dos tribunais.

No alojamento local, nos conflitos com os bancos e em fogos semelhantes não poderemos esperar dos tribunais aquilo que é do legislador.

Pela nossa parte, apesar das dificuldades, em setembro recomeçaremos de novo.

Desejo umas boas férias para todos/as.

Lisboa, 17 de julho de 2017

O Presidente do Tribunal da Relação